

Incentivos à informática devem ser prorrogados até o ano 2009

Projeto de lei que estende isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens de informática e automação fabricados no país é aprovado pela CCJ e será examinado agora pelas comissões de Educação e de Assuntos Econômicos



Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também aprovaram a isenção do IPI, por dois anos, na venda de caminhões para transportadores autônomos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que prorroga a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os bens de informática e automação fabricados no Brasil.

Pela proposta, os benefícios fiscais serão reduzidos aos poucos, até serem definitivamente eliminados, em todo o território nacional, em 31 de dezembro de 2009.

O projeto estabelece percentuais de isenção e prazos de vigência mais favoráveis para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PÁGINA 3



Solange Beatriz Almeida e Arnaldo Pereira da Cunha Júnior: indicações aprovadas

Aprovados nomes de diretores de agência de saúde

PÁGINA 4



ACM condiciona teto salarial a definição do novo mínimo

PÁGINA 2

CAS

ACESSO DE DEFICIENTE FÍSICO A BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS FICARÁ MAIS FÁCIL

A Comissão de Assuntos Sociais votou favoravelmente ontem à regulamentação de dispositivos constitucionais que vão facilitar o acesso dos deficientes físicos a bens e serviços públicos. Entre essas medidas, consta a

criação de um Programa Nacional de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas, Urbanísticas, de Transporte e de Comunicação. Edifícios e veículos de transporte deverão ser plenamente adaptados aos deficientes.

Peão de rodeio passa a ser atleta profissional

A CAS aprovou também ontem parecer favorável a projeto da Câmara que equipara os peões de rodeio aos atletas profissionais. Existem 12 mil brasileiros atuando no setor.

Rodeios: atração para mais de 1,5 milhão todos os anos



PÁGINA 4

ACM condiciona teto a solução sobre o mínimo

Senador disse que pretende apresentar essa posição em encontro que terá hoje com Fernando Henrique Cardoso e com os presidentes do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, condicionou ontem a ampliação do maior salário pago no serviço público à decisão a respeito do novo valor do salário mínimo. "Não pode haver teto sem a fixação do salário mínimo", afirmou. O senador revelou que pretende apresentar esta posição na reunião marcada para hoje com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e os presidentes do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados.

A reunião, de iniciativa do presidente da República, pretende debater a questão da fixação do teto salarial, como alternativa inclusive para o reajuste dos vencimentos dos magistrados, no lugar do auxílio-moradia concedido em liminar do ministro Nelson Jobim, do STF. Antonio Carlos adiantou que, no caso do teto, defende um valor máximo de R\$ 10.800, ao invés dos R\$ 12.720 defendidos pelo presidente do Supremo.

O senador acha que, "pelo que ouvi do presidente", a reunião de hoje deverá tratar dos dois temas – teto e míni-

mo. E destacou seu entendimento de que "o salário mínimo deve crescer mais que o teto", em termos proporcionais. Ele lembrou que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou-se nesse sentido, "quando disse que precisamos elevar a base para que o país fique cada vez menos injusto".

Ele entende que "nenhum país do mundo apresenta essa diferença salarial entre quem ganha mais e quem ganha menos, como no Brasil". Nesse sentido, o senador voltou a reafirmar sua defesa de um mínimo entre R\$ 177 e R\$ 180. Ele disse que vai defender essa posição no encontro de amanhã, mas observou que isto não quer dizer que o governo vá adotá-la. Antonio Carlos acredita que essa posição sobre o reajuste do mínimo é, hoje, "da totalidade do PFL".

A respeito das conseqüências de um aumento do mínimo nessas proporções, o presidente do Senado observou que "o aumento do mínimo não deve penalizar ninguém", da mesma forma que julga correto "quem está na ativa ganhar mais".

Sessões recomeçam no dia 13

O senador Antonio Carlos Magalhães anunciou ontem que não haverá sessões do Plenário nos próximos dias 8, 9 e 10 – quarta, quinta e sexta-feira – após o Carnaval. Os trabalhos do Plenário voltarão ao normal na segunda-feira, dia 13, quando a

sessão já será deliberativa, conforme Antonio Carlos. No dia 16, quinta-feira, os senadores irão votar a proposta de emenda constitucional que permitirá aos consulados brasileiros registrar crianças filhas de brasileiros ou brasileiras nascidas em outros países.

Francisco Gros visita senador

O novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, esteve ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Depois do encontro, Gros, que presidiu o Banco Central no governo Collor, esclareceu que foi uma visita de cortesia e garantiu que não existe qualquer impedi-

mento legal a que exerça o cargo:

– Todas as questões judiciais estão encerradas. Eu verifiquei isso antes de aceitar o cargo. Não há nenhuma pendência judicial. O passado é uma página virada, e o que eu tinha a dizer está dito, espero que com muita clareza, nas declarações que dei e que foram publicadas hoje (*quarta-feira*) – afirmou.

Renovadas concessões de rádios

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que renova, por mais dez anos, o funcionamento da Rádio Aparecida, do estado de São Paulo, mantida pela Fundação Nossa Senhora

Aparecida. Integrante da Rede Católica de Rádio, a emissora funciona desde 1954. Os senadores renovaram também o funcionamento da Rádio JPB – Empresa Jornalística, da cidade de Lages (SC).



Emenda resolve situação de filhos de brasileiros no exterior

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), autor da proposta de emenda constitucional que altera o artigo que define as condições para a nacionalidade brasileira, defendeu sua aprovação afirmando que existem centenas de crianças apátridas em outros países, filhas de brasileiros ou brasileiras. Ontem transcorreu o primeiro dia de discussão da proposta.

O objetivo da emenda é corrigir uma interpretação dada pelas autoridades consulares à Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de junho de 94, as quais entenderam que o registro de filhos de brasileiros nascidos no exterior tem de ser feito em cartório localizado no Brasil, e não mais nos consulados. Como nem todo pai ou mãe pode pagar a passagem e vir ao território brasileiro para o registro, as crianças continuam apátridas, exceto se o país hospedeiro aceitar o princípio de nacionalidade territorial para os recém-nascidos.

Conforme o relator da matéria, senador Amir Lando (PMDB-RO), tudo começou quando os deputados e senadores que fizeram a revisão da Carta de 88, com a intenção de alterar o instituto da nacionalidade brasileira para prever a dupla nacionalidade, acabaram criando a atual situação, por causa do corte de uma frase no texto constitucional. Se aprovada a



Lúcio Alcântara disse que erro foi provocado a partir da Constituição de 1988

proposta de Lúcio Alcântara, os consulados voltarão a fazer o registro de filhos de brasileiros nascidos em outros países.

A proposta ainda será discutida por mais quatro sessões do Plenário do Senado e a votação, em primeiro turno, ocorrerá no dia 16. A matéria será submetida depois a uma segunda votação, sendo encaminhada a seguir à apreciação da Câmara dos Deputados. Lá, a proposta também deve ser votada em dois turnos, devendo obter sempre no mínimo três quintos de votos favoráveis dos deputados para que seja aprovada.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h30 – Reunião no Palácio do Planalto com o presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados

11h – Sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PR nº 20/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 28,7 milhões de euros, junto Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW e PR nº 21/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até 5,72 milhões de euros, também junto ao KfW. Os recursos destinam-se a financiamentos no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *Requerimento nº 771/99, do senador José Eduardo Dutra, solicitando que sobre o PLS 522/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e *Requerimento nº 794/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre o PLS nº 510/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ aprova prorrogação de incentivos à informática

Empresas que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento na tecnologia da informação terão isenção de IPI. Proposta será examinada, agora, pelas comissões de Educação e de Assuntos Econômicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável, elaborado pelo senador José Jorge (PFL-PE), a projeto de lei da Câmara que prorroga a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens de informática e automação fabricados no Brasil. A matéria será, em seguida, examinada pelas comissões de Educação e de Assuntos Econômicos.

O projeto amplia até 31 de dezembro deste ano a isenção do IPI para empresas de desenvolvimento ou produção de bens de informática e automação que investirem em atividades de tecnologia da informação. Para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o prazo de isenção vai até 31 de dezembro de 2001.

A partir daí, o incentivo em ambos os casos vai sendo reduzido, mantendo-se a isenção maior para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, até finalmente acabar em 31 de dezembro de 2009, em todo o Brasil.

— O projeto de lei prorroga o incentivo fiscal e traz inovações, beneficiando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste — afirmou José Jorge. O relator rejeitou emendas do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE),

que estenderiam os incentivos fiscais aos equipamentos médico-hospitalares. José Jorge afirmou que essas emendas retirariam incentivos da Zona Franca de Manaus, determinando que a isenção fiscal para produção de equipamentos médico-hospitalares valesse para todo o Brasil.

“Se não houvesse o cuidado de respeitar a posição da Amazônia, a lei seria um desastre”, afirmou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou os benefícios, que considera exagerados, mas afirmou que a simples prorrogação da lei anterior teria sido pior. A relatório inclui nove emendas do relator, que ainda aprovou uma emenda de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) e outra de redação do senador Antonio Carlos Valadares.

A comissão aprovou ainda parecer do senador José Jorge favorável a projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que concede isenção por dois anos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, se adquiridos por transportadores autônomos. A matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos.



José Jorge deu parecer favorável à proposta, aprovada pela CCJ

Comissão aceita emenda de Plenário à PEC dos precatórios

Foi acolhido ontem por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) favorável a uma emenda de Plenário apresentada à proposta de emenda constitucional (PEC) que define regras para o pagamento de precatórios judiciais. A matéria será votada em primeiro turno na próxima sessão deliberativa do Plenário.

A emenda aceita por Lobão, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), inclui a expressão “com juros legais” no artigo 76 da lei, referindo-se à previsão de liquidação de precatórios “pelo seu valor real em moeda corrente”. Segundo o relator, a emenda é necessária para prevenir decisões judiciais que negassem os juros, o que obrigaria o credor a entrar com recurso contra a decisão.

Edison Lobão rejeitou três emendas, duas apresentadas pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e uma pelo senador Antonio Carlos Valadares. Esta última teve votação em separado requerida pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e foi re-

jeitada pelo Plenário.

Na defesa de sua emenda, o senador Antonio Carlos Valadares afirmou que o artigo 76, como está, é inconstitucional. “Fere o princípio da isonomia, não se faz uma diferenciação justa entre créditos antigos e novos”, argumentou. O senador refere-se a um dispositivo da PEC que estabelece o pagamento dos atuais precatórios em até dez anos e o pagamento dos emitidos após a aprovação da lei em até um ano após a decisão judicial definitiva. A emenda de Valadares estabelecia um escalonamento para pagamentos de dívidas antigas e novas até 2007.

De acordo com substitutivo de Lobão à proposta original da Câmara, já discutido em Plenário, os precatórios só deverão ser pagos quando não houver mais possibilidade de recurso às sentenças judiciais. Após a aprovação da lei, os precatórios judiciais deverão ser incluídos no orçamento das entidades de direito até 1º de julho, com prazo para pagamento até o final do ano seguinte. A atualização monetária dos precatórios, antes feita no ato de sua inclusão no orçamento, passará a ser feita no pagamento.



O conselho entendeu, no caso de Teotonio e Lessa, que não há provas na matéria do jornal. Quanto a Romero Jucá, a acusação é anônima

Conselho de Ética rejeita denúncias contra Teotonio Vilela, Geraldo Lessa e Romero Jucá

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu arquivar em definitivo os processos contra os senadores Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), Geraldo Lessa (PSDB-RR) e Romero Jucá (PSDB-RR). Em reunião realizada ontem, foram aprovados os pareceres dos relatores Ney Suassuna (PMDB-PB), no caso dos dois primeiros, e de Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), encarregado de relatar denúncia contra Jucá. A decisão foi comunicada ao Plenário durante a sessão.

Ao rejeitar as denúncias formuladas em representação popular contra

os senadores Teotonio Vilela e Geraldo Lessa — de uso indevido de recursos da Fundação Teotonio Vilela —, Suassuna explicou que elas se basearam apenas em matéria jornalística que foi desmentida pelo próprio jornal no dia seguinte ao da publicação.

Ele também informou no relatório que Teotonio encaminhou ao conselho documentos comprovando ser a matéria “uma tentativa de confundir, propositadamente, o senador com a fundação”, já que tanto a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas quanto a Promotoria de Justiça

do Distrito Federal expediram certidões atestando a inexistência de qualquer processo contra a entidade.

Em resposta a questionamento do senador Amir Lando (PMDB-RO), Suassuna esclareceu que Teotonio é membro do Conselho de Administração da fundação, não exercendo nenhuma função executiva na entidade.

Já o relatório do senador Juvêncio da Fonseca, aprovado por unanimidade, recomendou que a denúncia contra o senador Romero Jucá — de desvio de recursos públicos da Eletrobrás/RR — sequer fosse acatada pelo conselho, pois foi feita de forma anônima, através de fita cassete.

O líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), destacou a resolução do conselho em considerar improcedentes as denúncias e pediu a divulgação da decisão no estado dos senadores citados, “de forma a impedir o uso indevido de acusações injustas e improcedentes”.

Na mesma reunião, o presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deferiu pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que relata denúncia contra o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) por apropriação indevida de financiamentos do BNDES. Ela solicitou diligência junto ao denunciante para que ele apresente título de eleitor que será anexado ao processo. Sem o documento, explicou, a condição de cidadão do denunciante não fica formalizada e a representação poderá ser recusada pelos integrantes do Conselho de Ética.

Radioamadores participam da festa dos 500 anos

A programação do Senado para comemorar os 500 anos do Descobrimento do Brasil ganhou uma nova atração. Além das exposições que estão sendo organizadas e de um concurso de monografias, as comemorações vão contar com a participação da Liga Brasileira de Radioamadores (Labre), que anunciou ontem a mobilização dos seus 25 mil filiados para uma grande competição internacional sobre a data. O anúncio foi feito durante encontro com o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, que está coordenando os eventos junto com o diretor da Secretaria de Comunicação Social da Casa, Fernando Cesar Mesquita.

De acordo com Agaciel, as exposições estão sendo organizadas em parceria com o Ministério da Cultura e vários de seus museus históricos. Do Museu Imperial de Petrópolis, por exemplo, virá a coroa de d. Pedro I. Dos estados virão outras peças e documentos históricos, formando nova mostra. O diretor do Senado estima um total de 600 mil visitantes nessa exposição, que ocorrerá entre 13 de maio e 13 de junho.

O engajamento dos radioamadores

brasileiros no evento, segundo explicou o presidente da Labre, Gustavo Franco, se dará na forma de um *contest*, que é uma modalidade de competição entre os aficionados do radioamadorismo. Os radioamadores também vão fazer um trabalho amplo de divulgação da programação comemorativa dos 500 anos do Descobrimento, acrescentou Franco, ao explicar que o *contest* é vencido pelo radioamador que consegue contatar maior número de

colegas, no país e no exterior, para divulgar a mensagem padrão estabelecida para o evento. Ele informou que há, no mundo, 4,6 milhões de radioamadores.

As competições entre radioamadores serão duas: um *contest* via fonia, programado para os dias 1º e 2 de abril, sob coordenação da liga de radioamadores de Portugal (Rep), e outro por telegrafia, agendado para os dias 15 e 16 de abril, sob coordenação da entidade brasileira.



O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, recebe diretores da Liga Brasileira de Radioamadores

Brasil 500



CAS aprova projeto que facilita acesso de deficientes a bens e serviços públicos

Texto votado pelos senadores regulamenta dispositivos constitucionais, fixando normas para a construção de logradouros e prédios públicos e para fabricação de veículos de transporte coletivo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a regulamentação dos dispositivos constitucionais que tratam do acesso a bens e serviços coletivos pelas pessoas portadoras de deficiência. Do texto aprovado pela comissão, consta a previsão de criação do Programa Nacional de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas, Urbanísticas, de Transporte e de Comunicação.

A proposta dispõe sobre as normas de construção de logradouros e edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator da proposta, disse que a discriminação da sociedade elimina a possibilidade de os portadores de deficiência terem atendidas suas reivindicações. Segundo o relator, essas pessoas sofrem um preconceito arraigado, "inclusive no interior de suas próprias famílias".

Cândido observa que um dos aspectos mais importantes do projeto é a promoção de campanhas informativas e educativas, que, segundo ele, "devem focar as imensas dificuldades do exercício da liberdade de ir e vir que os portadores de deficiência enfrentam".

Durante os debates, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) comunicou ao presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), que irá dar entrada a requerimento de informação sobre medida provisória que limita a carros a álcool a isenção de IPI na compra de veículos por deficientes. Esse tipo de veículo, segundo a senadora, "não tem câmbio automático" e, portanto, não atende às necessidades do público ao qual deveria favorecer.

ANABOLIZANTES

A CAS também aprovou parecer favorável da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) às emendas da Câmara ao projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes. A proposta de Suassuna determina que a venda dessas drogas estará restrita à apresentação e retenção, pela farmácia ou drogaria, da cópia de receita emitida por médico ou dentista registrado junto aos respectivos conselhos profissionais.



Os integrantes da Comissão de Assuntos Sociais também acataram as emendas da Câmara dos Deputados à proposta do senador Ney Suassuna que estabelece restrições à venda de anabolizantes

Comissão acata indicações para agência de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também aprovou pareceres favoráveis do senador Artur da Távola (sem partido-RJ) às duas mensagens presidenciais submetendo os nomes de Solange Beatriz Almeida e Arnaldo Pereira da Cunha Júnior para diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pelo período de quatro anos. Também foi aprovado requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) propondo que a matéria seja apreciada em caráter de urgência pelo Plenário.

Solange Almeida disse que o objetivo da diretoria da agência será o de regular o mercado de saúde suplementar, no qual o consumidor deve estar garantido pela solvência econômico-financeira das empresas operadoras de planos de saúde. O outro indicado, Arnaldo Pereira, considera de grande importância a Taxa de Saúde Suplementar, a ser cobrada das empresas operadoras. "Não existe autonomia sem receita própria, e as estimativas iniciais apontam uma receita para o ano 2000 de aproximadamente R\$ 40 milhões." Segundo Pereira, esse valor deverá ser complementado com recursos do Tesouro Nacional, principalmente no primeiro ano de funcionamento da agência.

Artur da Távola afirmou que a criação da ANS representou um passo adiante no processo de aperfeiçoamento de uma política nacional de

saúde. Ele entende que as dificuldades enfrentadas pela população resultam de uma estratégia equivocada para o setor. O erro dessa opção, disse o senador, foi o de se atribuir unicamente ao Estado a função de operacionalizar a assistência à saúde dos brasileiros.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) recomendou que a Agência Nacional de Saúde procure realizar um trabalho voltado para equilibrar as relações entre os 40 milhões de usuários do sistema privado de saúde e as 3 mil entidades que o operacionalizam.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que, de modo semelhante ao que acontece com os nomes indicados para o Banco Central, é importante que os candidatos informem os senadores sobre os projetos que pretendem desenvolver como diretores da ANS.

O senador Tião Viana (PT-AC) criticou a maneira como a proposta da criação da ANS foi encaminhada ao Congresso, salientando que a forma como o governo trata a saúde demonstra submissão aos interesses internacionais. "Faltou discussão. Tudo foi feito com muita rapidez. A verdade é que os grandes laboratórios e os planos estrangeiros acabam impondo o modelo que lhes interessa", afirmou.

A criação da ANS deverá, na opinião do Leomar Quintanilha (PPB-TO), aprimorar os serviços de saúde hoje prestados à população.

Peões de rodeio são equiparados aos atletas

Outra matéria aprovada ontem pela CAS foi o parecer do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) favorável a projeto da Câmara que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-a à de atleta profissional.

O relator ressaltou que é preciso que as regras contratuais entre o promotor do evento e o peão sejam regulamentadas, para que este não fique exposto aos riscos do exercício da profissão, tenha assegurada remuneração certa, jornada de trabalho adequada e seguridade social.

Segundo o relator, estima-se que 12 mil pessoas atuem hoje, no Brasil, como peões de rodeio. Só em Barretos (SP), disse ele, mais de 1,5 milhão de pessoas comparecem às competições de rodeio anualmente.

FERROVIÁRIOS

A CAS também acatou parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto que altera a CLT, ampliando de dez para 12 horas o período mínimo de repouso entre jornadas dos trabalhadores da categoria das equipagens de trens. Moreira argumenta que a atividade desses ferroviários é extremamente desgastante, sendo insuficiente o descanso obrigatório de dez horas entre duas jornadas de trabalho.

Pedro Piva homenageia os 125 anos do *Estadão*

Os 125 anos de existência do jornal *O Estado de S. Paulo* foram lembrados ontem em Plenário pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP). Fundado em 4 de janeiro de 1875, com o nome de *A Província de S. Paulo*, o *Estadão* vem sendo dirigido desde 1891 pela família Mesquita. O patriarca Júlio de Mesquita inaugurou a dinastia, dirigindo o diário até 1927.

— Poucos são os jornais, no mundo, que ostentam a condição de circular ininterruptamente por 125 anos. Poucas, igualmente, são as publicações que, embora centenárias, evoluem com o tempo e buscam a qualidade e a renovação gráfica e editorial capaz de mantê-las em sintonia com as transformações por que passa o mundo — disse Piva.

Considerado por estudiosos da Universidade de Colúmbia, de Nova York, como um dos 20 melhores jornais do mundo, o *Estadão* tem testemunhado e participado de momentos marcantes da vida nacional, segundo Piva. Ele lembrou o fechamento do jornal por cinco anos durante o Estado Novo.

— Naqueles momentos difíceis, em que a ditadura se instalava com toda a sua crueldade, o *Estadão* pagou um alto preço por sua postura democrática. Júlio de Mesquita Filho, então seu dirigente maior, considerado inimigo pelo regime, permaneceu preso por um ano, submetido a torturas, sendo posteriormente exilado — relatou Piva.

Lembrou ainda da resistência de *O Estado* ao regime militar inaugurado em 1964. Como saída criativa e irônica para lidar com a censura, o jornal publicava poemas de Camões e receitas de d. Benta no espaço que caberia a matérias, reportagens e artigos proibidos.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) considerou a cronologia de *O Estado* como "a cronologia do próprio país". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão no momento do discurso de Piva, associou-se à homenagem e fez questão de ressaltar o caráter isento das coberturas eleitorais feitas pelo jornal, que publica editoriais em linha política oposta à de Suplicy. Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o *Estadão* é um "patrimônio nacional".



Piva lembrou a participação do jornal em episódios marcantes da história brasileira

Maldaner propõe fundo para manter defesa civil

“Precisamos ser previdentes e acordar para essas questões”, afirma o senador, ao sugerir fonte permanente de recursos destinados a socorrer vítimas de catástrofes, como as inundações ocorridas recentemente em vários estados

A criação de um Fundo Nacional de Defesa foi proposta ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao alertar para a falta de recursos destinados a atender municípios quando ocorrem catástrofes, como as recentes inundações ocorridas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina. “Precisamos ser previdentes e acordar para essas questões”, afirmou.

Maldaner compareceu à audiên-

cia com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, acompanhado de prefeitos catarinenses de cidades atingidas por enchentes que manifestaram preocupação com o despreparo das Defesas Cívicas estaduais e municipais. “Apesar da boa vontade do ministro, não há recursos orçamentários para a Defesa Civil. Ainda não votamos o orçamento e foram destinados à Defesa Civil em todo o país, neste ano, apenas R\$ 2,5 milhões”,

afirmou o senador.

O senador apresentou dois projetos de lei para garantir recursos à Defesa Civil. O primeiro cria o Fundo Nacional de Defesa, destinando um terço dos recursos para cada esfera da administração pública – União, estados e municípios. O outro projeto estabelece como fonte de recursos para o fundo o acréscimo de 0,5% no valor pago pelo seguro obrigatório de veículos. Segundo Maldaner, o tempo vai compen-

Casildo Maldaner: apesar da boa vontade do ministro da Integração Nacional, não há recursos para a defesa civil

sar o fato de a proposta encarecer o preço dos automóveis, pois as estradas ficarão melhores, não haverá mais desabamentos e os sinistros vão diminuir.



Mozarildo pediu na CAE atenção para as universidades com dificuldades orçamentárias

Senadores votam hoje crédito para universidades

O Senado vota hoje duas autorizações de contratação de crédito pela União junto ao banco KfW da Alemanha, no valor de 28,7 milhões de euros e de 5,72 milhões de euros, respectivamente, para as instituições federais de ensino superior. O objetivo dos empréstimos é custear o Programa de Modernização e Consolidação de Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e seus hospitais universitários.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, onde a matéria foi discutida e aprovada, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um apelo ao Ministério da Educação para que os recursos sejam prioritariamente destinados às universidades que passam por maiores dificuldades orçamentárias. “As instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste precisam mais destes recursos. As outras já são centros de excelência”, opinou.

Suassuna pede continuação de ajuda contra flagelados

Apesar da volta parcial das chuvas, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem em Plenário que o governo continue a enviar por mais 90 dias aos estados atingidos pela seca a ajuda financeira que permite o pagamento de R\$ 52 a 795 mil famílias e a distribuição de cestas básicas. De acordo com o senador, o volume de chuvas registrado no Nordeste e em Minas Gerais ainda não caracteriza o fim da seca e de seus efeitos.

Suassuna citou como exemplo a situação da Paraíba, onde voltou a chover. Naquele estado, as plantações de milho ainda estão num estágio que não permite a colheita. Portanto, os lavradores não podem utilizar o milho nem para alimentação nem para comercialização. Estão dependendo, portanto, dos R\$ 52, e da cesta composta de arroz, feijão e fubá. Conforme o senador, em alguns estados a ajuda financeira é complementada com R\$ 12.

Pedido idêntico ao formulado no Senado por Suassuna foi feito no Plenário da Câmara dos Deputados pelo líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE). Os dois parlamentares estão liderando um movi-



Suassuna afirma que o volume de águas no Nordeste ainda não caracteriza o fim da seca

mento destinado a mobilizar a bancada do Nordeste no Congresso em torno de temas do interesse da região. A primeira tarefa do grupo foi enviar ofício solicitando a manutenção do auxílio contra a seca aos ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra, da Casa Civil, Pedro Parente, e do Planejamento, Gestão e Orçamento, Martus Tavares. No próximo dia 14, os parlamentares irão se reunir na sede urbana do Clube do Congresso, em Brasília, para debater novas ações em defesa do Nordeste.

Carlos Bezerra teme perda da produção agrícola em vários municípios de MT

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu ao governo federal pressa na análise do pedido, feito pelo governo do estado de Mato Grosso, de decretação de estado de calamidade pública, em virtude da dificuldade de escoamento da produção agrícola. De acordo com o senador, a solicitação sequer teria sido encaminhada à área econômica.

Vários municípios estão isolados numa região que, por falta de estradas e pontes, está em vias de sofrer perda integral da produção

agrícola, disse o senador. A região, informou, concentra assentamentos de reforma agrária cujos produtores alcançaram altos níveis de produtividade, colhendo cerca de 80 sacas de arroz por hectare plantado.

Para Carlos Bezerra, o governador do estado, Dante de Oliveira, “demorou demais para decretar o estado de emergência, apesar do apelo que os prefeitos lhe fizeram”. Isso, de qualquer forma, não justificaria a desatenção com o estado, enfatizou, mesmo porque “o assunto é para ontem e a situação do norte de Mato Grosso é crítica e requer urgência”.

Bezerra também lamentou que o governador Dante de Oliveira tenha optado por não seguir a orientação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) quanto à melhor localização de um porto seco estadual. Por “insensatez e capricho”, na opinião do senador, o governador decidiu que o porto será implantado em Cuiabá, o que imporá longa distância ao escoamento da produção de Rondonópolis e entorno, responsáveis por mais de 40% da produção agrícola de Mato Grosso.



Carlos Bezerra reivindica do governo o reconhecimento do estado de calamidade em MT

Notícias do Senado em TEMPO REAL

www.senado.gov.br

Viana critica restrição do CFM à vinda de médicos estrangeiros

Senador informa que o Acre pretende contratar 165 médicos, oferece salários entre R\$ 6 mil e R\$ 9,9 mil, mas não consegue profissionais

O senador Tião Viana (PT-AC) criticou ontem a posição do Conselho Federal de Medicina (CFM) contra a contratação de médicos estrangeiros pelo governo do Acre. Ele explicou que pediu apoio à entidade para a contratação de 165 médicos, visando ao atendimento da população em todo o estado, e classificou como “ vaidade e burocracia ” a postura de profissionais que preferem ficar em subempregos nas grandes cidades do Sul-Sudeste do que salvar vidas no Acre trabalhando em programas como o Saúde da Família.

— O Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul disse que não teríamos dificuldades para contratar médicos se oferecêssemos salários dignos. Levei a folha de pagamento do estado e mostrei que estamos oferecendo salários que variam entre R\$ 6 mil e R\$ 9,9 mil. Mesmo assim, não mandaram um médico sequer. Pessoas estão morrendo. Não



Tião Viana considera “ vaidade ” a postura de preferir subempregos no Sul-Sudeste a salvar vidas no Acre

posso entender esse corporativismo — lamentou.

Tião Viana disse ainda que o governo do Acre e o Ministério da Saúde estão tentando arregimentar 45 médicos para, numa primeira etapa, atender a população da capital, Rio Branco, e, numa segunda etapa, outros 40 para o in-

terior do estado.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) lembrou que não existe ainda uma faculdade de Medicina na região Norte e defendeu a ajuda estrangeira. “ Se importam tudo, por que não aceitar a ajuda de médicos de outros países? ”, questionou. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que em suas andanças pela região amazônica encontrou profissionais qualificados nas regiões mais inóspitas. Ele lembrou que projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que cria o Serviço Civil Alternativo e tramita há mais de um ano, poderia solucionar a questão da interiorização dos médicos. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que divulgou no Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro a proposta do governo acreano e sugeriu a Tião Viana que continue insistindo na luta por uma faculdade de Medicina na região.

Ernandes Amorim felicita governo por programas de energia e eletrificação

Duas iniciativas a serem implementadas pelo governo federal receberam ontem a aprovação do senador Ernandes Amorim (PPB-RO): o Programa Prioritário de Termelétricidade e o Programa Luz no Campo.

O primeiro programa aumentará a oferta de energia no Brasil em 15 mil megawatts com a implantação de 49 termelétricas em 18 estados, entre os quais Rondônia, que poderá atender sua demanda reprimida. A iniciativa representa investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões, dos quais 30% serão financiados pelo BNDES. “ Pelo menos 20% da fabricação dos equipamentos ficarão a cargo da indústria nacional ”, complementa o senador. Ernandes Amorim elogia o programa, mas considera necessárias algumas correções. “ Rondônia, que consome gás nacional, não pode ficar com o gás mais caro ”, exemplifica.

Quanto ao Luz no Campo, Amorim salientou que o programa garantirá energia a 5 milhões de famílias da área rural, o que corres-

ponde a cerca de 1 milhão de propriedades, o dobro do atendimento hoje assegurado. Cerca de R\$ 2,7 bilhões serão alocados no programa pela Eletrobrás, R\$ 900 milhões serão aportados por governos estaduais e municipais, concessionárias de distribuição de energia e cooperativas de eletrificação rural, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento também deverá ser acionado, conforme as informações apresentadas pelo senador.

O Luz no Campo, sugeriu Amorim, poderá ser fonte de uma verdadeira revolução rural, caso o governo desenvolva um programa articulado com assistência técnica e linhas de financiamento adequadas aos agricultores. Esta é a alternativa para o campo brasileiro, defendeu, e não “ essa reforma agrária que promove distribuição de terras e alimenta acampamentos de desempregados ou assenta excluídos com financiamentos de sobrevivência ”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) apartou Amorim para dizer que, ha-



Ernandes Amorim espera que o programa Luz no Campo propicie “ uma verdadeira revolução rural ”

vendo esforço de entendimento, Incra, governo de Rondônia e Movimento dos Sem-Terra poderão chegar a uma solução para a Fazenda Urupá, ocupada há três anos pelo MST. Em resposta, Amorim condenou programas de assentamento com propriedade alheia e disse não admitir que o governo tenha despesas com acampamentos de sem terra. “ Quem quer terra deve trabalhar ”, opinou.

Ademir denuncia caos em estradas federais no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou ontem a situação de “ caos total e absoluto ” das estradas Transamazônica e BR-163, no Pará, onde há dez pontos de paralisação total no tráfego, com dezenas de caminhões atolados, causando prejuízos aos motoristas. Ele fez um apelo ao Ministério dos Transportes e ao DNER para que os órgãos governamentais enviem pelo menos uma equipe com homens e máquinas à região, a fim de socorrer os caminhoneiros, que estão, em muitos casos, “ passando até fome ”.

Ademir Andrade disse que a população local está revoltada, e protestou contra o “ descaso total ” do governo federal para com a situação. Ele acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de não cumprir as promessas de campanha, porque, por duas vezes, esteve nas cidades de Sinop (MT) e Santarém (PA) prometendo o asfaltamento das duas rodovias, mas não autorizou a liberação dos recursos.

Segundo Ademir Andrade, as bancadas federais do Pará no Congresso não pouparam esfor-



Ademir afirma que há dez pontos de paralisação total no tráfego nas duas estradas

ços para incluir no Orçamento verbas para asfaltar as duas rodovias, mas pouco conseguiram. Há algum tempo, informou, estiveram com o presidente da República, quando Fernando Henrique garantiu que incluiria no Orçamento de 2000 R\$ 120 milhões para a BR-163 e R\$ 80 milhões para a Transamazônica.

— No entanto, qual não foi nossa decepção ao descobirmos que, no Orçamento deste ano, foram alocados apenas R\$ 10 milhões para cada uma das estradas — protestou o senador.

Suplicy aceita convite de Malan para integrar grupo de estudos sobre renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que aceitou convite do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para integrar o grupo de economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que vai estudar modelos de programas de renda mínima. Suplicy esteve na terça-feira com o ministro e entregou-lhe o ofício com reflexões sobre renda mínima e o livro que reúne todos os debates realizados durante a Conferência Internacional sobre a Renda Mínima, ocorrida em agosto de 1998, e que contou com a presença de Malan no encerramento.

Segundo Eduardo Suplicy, o ministro disse que a renda mínima pode constituir um importante fator de ativação da economia de pequenos municípios e que é preciso considerar outros programas



Eduardo Suplicy disse a Malan que renda mínima não substitui os programas existentes

sociais que estão vigentes. O senador explicou a Malan que o programa de renda mínima não substitui os programas existentes e sim acrescenta mais uma opção para a política social.

Álvaro debate responsabilidade fiscal hoje na TV Senado

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) considera o projeto que cria a Lei de Responsabilidade Fiscal uma das iniciativas mais importantes em discussão no Congresso para o equilíbrio das contas públicas em todo o país, principalmente nos estados e municípios. Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Álvaro defende que o Senado não faça mudanças no texto, permitindo que a nova lei entre em vigor com rapidez.

Em entrevista que a TV Senado apresentará hoje às 3h30, às 7h30, às 12h30 e às 20h30, Álvaro Dias explica que, se aprovada ainda em março pelo Senado, a nova lei impedirá que os atuais prefeitos que não vêm chances de reeleição neste ano possam comprometer as finanças que serão administradas por seus sucessores. Entre outras coisas, a Lei de

Responsabilidade Fiscal impede que um prefeito conceda aumentos salariais no final de seu mandato.

SUASSUNA

O programa *Cidadania*, da TV Senado, discute hoje o uso indiscriminado de anabolizantes, substâncias hormonais produzidas em laboratórios e que produzem efeitos masculinizantes, e entrevista o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), autor de um projeto que restringe a venda de tais produtos. O programa irá ao ar à 1h, às 6h30, às 13h30 e às 19h30.

Ney Suassuna espera que o projeto seja aprovado ainda neste ano. Na entrevista, ele dá um testemunho pessoal sobre o uso indevido de substâncias alardeadas como capazes de melhorar a performance física. Na juventude, o senador fez uso de doses excessivas de cálcio, o que, a seu ver, comprometeu seu crescimento.



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Unip*: Respiração
6h30 – *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e a professora Keyla Fontoura falam sobre os anabolizantes
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Senador Álvaro Dias fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Crônicas da terra: Piaget
9h – *Cores do Brasil*: Costa do dende
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
13h30 – *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e a professora Keyla Fontoura falam sobre os anabolizantes
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista*: Senador Roberto Saturnino fala sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
19h – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
19h30 – *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e a professora Keyla Fontoura falam sobre os anabolizantes

20h30 – *Entrevista*: Senador Álvaro Dias fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
Em seguida – Música e informação

Marina cobra divulgação de dados sobre queimadas

Ela estranha que o Inpe ainda não tenha tornado públicos os números relativos à devastação ocorrida na Amazônia no período de 98 a 99

A senadora Marina Silva (PT-AC) fez um alerta ontem sobre o atraso na divulgação pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) dos dados a respeito das queimadas na floresta amazônica no período entre 1998 e 1999.

De acordo com a senadora, o instituto, desde os anos 80, tem como hábito publicar esses números em outubro e, nos últimos anos, passou a divulgá-los em janeiro.

– Esses dados já devem estar devi-



Marina quer saber se as queimadas aumentaram ou tiveram redução

damente analisados, e é uma necessidade, tanto das instituições públicas quanto das organizações da sociedade civil e dos cidadãos de modo geral, conhecer os índices de queimadas que tivemos durante 98 e 99 para que se possa saber se houve diminuição ou aumento em relação aos índices apresentados anteriormente.

– argumentou.

A senadora citou números segundo os quais, nos últimos dez anos, o maior desmatamento de floresta

amazônica ocorreu entre 1994 e 1995, quando 2,9 milhões de hectares foram devastados. A partir de dados coletados em 1998, disse Marina, a devastação florestal apresentava uma taxa entre 0,3% a 0,4% ao ano, o que significa 1,5 milhão a 3 milhões de hectares.

Marina Silva informou ainda que o satélite noturno do Inpe, que fornece dados ao Ibama, registrou, no ano passado, 204 mil focos de calor na América do Sul, dos quais 70% no Brasil. A parlamentar sugere que seja criado uma espécie de “fogômetro” para medir o empenho dos estados amazônicos no desenvolvimento de políticas de preservação da floresta.

Gilvam Borges defende aliança ampla em torno de “plano de salvação nacional”

A reunião dos altos dirigentes do país pode ser o ponto de partida para a elaboração de um plano de salvação nacional, propôs ontem em plenário o senador Gilvam Borges (PMDB-AP). A base desse plano seria um programa de investimentos em educação, cujos resultados poderiam se materializar a médio e longo prazos. Enquanto isso, ele sugere que sejam adotadas medidas emergenciais nas áreas social e de segurança pública.

Gilvam Borges conclamou o próprio presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a tomar papel decisivo na elaboração desse plano, destinado a resolver a crise que hoje se manifesta na forma de violência urbana, elevação do consumo e do tráfico de drogas e em movimentos como a greve dos juízes federais.

O senador disse que decidiu fazer o pronunciamento em resposta a um sentimento generalizado de desânimo

detectado entre seus colegas de mandato. Sentimento que ele afirma ter compartilhado, mas que, acredita, deve ser superado pelo espírito de luta.

Para o senador, “os problemas sociais são graves, mas as energias dos parlamentares não devem ser usadas para a disseminação do pensamento negativo”. Ele lembrou que a área social está sofrendo por causa da opção do governo pela estabilidade da moeda, mas que é preciso ver os avanços obtidos nos últimos anos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

A pobreza, as falhas no sistema educacional e a falta de planejamento familiar são os principais fatores a provocar a violência e o tráfico de dro-



Gilvam quer ação contra a pobreza, a violência e o tráfico de drogas

gas, na opinião do senador pelo Amapá. Por outro lado, a sociedade brasileira sofre com a dificuldade cultural básica decorrente de sua formação étnica, constituída por “degradados, índios e negros”, conforme o entendimento de Gilvam.

– Só o caminho da educação transforma e cria o novo homem para o trabalho e os valores éticos – afirmou o senador.

Gilvam Borges disse ter entregado ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, projeto de inclusão no currículo das escolas do 2º e do 3º grau de uma “disciplina do amor”, que teria como objetivo “controlar a procriação e, conseqüentemente, a procriação da pobreza”.

Rocha diz que município do Amapá está sendo discriminado por governador do estado

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) acusou o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe (PSB), de estar discriminando o município de Santana, no seu estado. Ele afirmou que o governador não está obedecendo o direito constitucional de municipalização da saúde, ao “não enquadrar o município na gestão plena do sistema de saúde”.

O senador leu ofício enviado à Secretaria Municipal de Saúde de Santana pelo presidente do Conselho Na-



Rocha pede enquadramento de Santana na gestão plena do sistema de saúde

cional de Secretários de Saúde (Conasems), Gilberto Lanes Nataline, no qual o dirigente do órgão ressalta que o não enquadramento do município na gestão plena “desrespeita decisão colegiada, acata atitudes restritivas ou de cerceamento do desenvolvimento dos sistemas locais, desrespeita a vontade política local e desrespeita a população.”

Sebastião Rocha disse que não esperava “essa atitude discriminatória”

do governador amapaense, que recebeu todo o apoio no município de Santana nas eleições passadas. Rocha acrescentou que o direito pleno da municipalização do sistema de saúde, conquistado pelo município, representou uma conquista da cidadania.

– Não cabe agora ao governador ou o secretário estadual de Saúde fazer essa discriminação. Não cabe a eles decidir se o município de Santana deve ou não deve assumir a gestão plena do Sistema Único de Saúde (SUS). Infelizmente, o governador do Amapá ainda não aprendeu o que é cidadania, o que é compartilhar gestão e o que é descentralizar o sistema público de saúde – disse.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Maria do Carmo ressalta que água será recurso estratégico para sobrevivência da Humanidade

Para Maria do Carmo, agência pode melhorar qualidade da água

A Agência Nacional de Águas (ANA), cuja criação foi proposta pelo governo, poderá contribuir para que o país melhore a captação e o transporte de água destinada ao uso doméstico, segundo a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). “Já é consenso no meio científico que a água potável, devido às mais variadas causas, entre elas a poluição e a degradação ambiental, será, neste século, recurso estratégico para a sobrevivência da Humanidade, correndo-se o risco de uma acentuada tendência de escassez”, observou.

A senadora disse que em vários municípios brasileiros, bem como em outros países, o processo de captação e transporte de água para uso doméstico ainda é bastante rudimentar e antiquado, apesar do avanço de programas de saneamento básico e de serviços de canalização de água. Ela citou o problema vivido pelo Nordeste, onde famílias ainda transportam água para suas casas em barris, tambores, potes e latas, como ocorria no século passado, o que considera “uma afronta aos brios nordestinos”.

— Gostaria de registrar a importância extraordinária que atribuo à criação da ANA, que providencialmente tem a sigla de um nome feminino, evocado em artigo da maior profundidade escrito pela conselheira Nilda Coimbra, do Conselho Nacional do Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em que lembra, com muita propriedade, um dos quatro princípios declarados pela Conferência de Dublin sobre meio ambiente, no qual foi proclamado que a mulher desempenha um papel fundamental no abastecimento, na gestão e na proteção da água — afirmou.

Saturnino: injustiça social leva à violência sem controle

Para o senador, o fato de traficantes serem vistos por muitos como heróis é “revelador da profunda doença que afeta nossa sociedade”

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse ontem que o fato de muitos verem um herói no traficante Marcinho VP é, a seu ver, revelador “da profunda e deletéria doença que afeta nossa sociedade”. Ele ressaltou que Marcinho aparece como herói para sua comunidade porque esta é tratada de forma discriminatória e profundamente injusta pela sociedade e pelo poder público — praticamente ausente em comunidades como o Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro, onde o traficante assumiu o papel do Estado.

Roberto Saturnino fez a afirmação ao comentar a polêmica em torno do documentário *Notícia de Uma Guerra Particular*, do cineasta João Moreira Sales, que ofereceu ajuda financeira ao traficante para que ele se dedicasse a escrever um livro sobre sua vida.



Saturnino não vê chance de colocar a violência sob controle sem reduzir as desigualdades

Para o senador, este é o saldo de dez anos de uma política econômica concentrada na valorização do mercado financeiro, que só fez agravar as desigualdades sociais do país. “Não há chance

de colocar a violência sob controle sem mudança nas diretrizes de governo”, acrescentou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou, em aparte, que, frente à violência atual, todos os governos deveriam assumir a tarefa de resgatar a dignidade da função policial. Ernandes Amorim (PPB-RO) disse, por sua vez, que não adianta fortalecer os contingentes policiais sem que o Estado se faça presente nas comunidades miseráveis do país através de escolas. Geraldo Melo (PSDB-RN) discordou daqueles que vêem em Marcinho VP um herói. Em relação a figuras semelhantes, disse, os cidadãos têm todo o direito de exigir do poder público as condições de um sono tranquilo. Ele também considerou simplificador a visão que atribui à miséria e à fome a origem de traficantes como Marcinho VP.



Mozarildo afirma que o acidente ambiental deveria ter sido discutido com entidades nacionais

Mozarildo reprova postura de representante do Greenpeace

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) criticou a postura adotada pelo representante da organização não-governamental Greenpeace, Roberto Kishinami, durante audiência pública realizada pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado, no dia 2 de fevereiro. Na ocasião, os participantes da audiência debateram com o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, as causas e conseqüências do vazamento de óleo na baía de Guanabara.

Para Mozarildo, o representante da ONG “sentiu-se no direito de tecer duras críticas à Petrobras”, questionando a demora na detecção do problema, as providências para contenção do óleo e as informações prestadas à opinião pública.

— Parece não ter ouvido as informações dadas pelo presidente da Petrobras acerca das providências adotadas para reverter os efeitos do vazamento de óleo, como a ajuda financeira imediata aos pescadores, que beneficiou um total de 4.500 pessoas — disse o senador.

Mozarildo lembrou que, pouco antes da reunião da comissão, as explicações de Reichstul foram aceitas pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, que destacou a “sinceridade das informações prestadas sobre o acidente”. O senador afirmou que o incidente não poderia ser discutido com o Greenpeace, pois o tema é de interesse exclusivo do Brasil. A presença da ONG era, na opinião do parlamentar, dispensável, e deveria ter sido substituída por representantes dos cidadãos do Rio de Janeiro, dos pescadores prejudicados e membros de entidades nacionais de defesa do meio ambiente.

Moreira Mendes critica atuação do Banco da Amazônia em Rondônia

A atuação do Banco da Amazônia (Basa) no estado de Rondônia foi criticada ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Segundo o senador, dos R\$ 192 milhões destinados a Rondônia no triênio 1997-1999, somente R\$ 81,2 milhões, ou menos da metade do total disponível, foram de fato investidos.

Isto ocorre, segundo Moreira Mendes, porque o Basa quer garantias que nem os bancos privados exigem para conceder empréstimos aos agricultores. O senador citou casos de agricultores que desistiram de contratar empréstimos no Basa devido às inúmeras garantias exigidas, na maioria das vezes até superiores ao valor do próprio empréstimo.

— Será que ao banco não interessa usar o dinheiro, mas retê-lo e capitalizar os rendimentos para si mesmo? — questionou.

Moreira Mendes ressaltou que o estado quer, apenas, que lhe sejam destinados os meios de financiamento para seu desenvol-

vimento, “sem favores ou privilégios”.

— Queremos apenas que o banco, que existe para tal tarefa, a desempenhe em favor de quem produz, não em seu próprio benefício, como parece ser o caso do Basa — afirmou.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) condenou o que chamou de “má vontade violenta” do Basa e do Banco do Brasil para com quem quer produzir e trabalhar. O governo federal, afirmou o senador, deveria fiscalizar a atuação desses bancos na Amazônia. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) se disse constrangido em ocupar a tribuna do Senado para reclamar de um banco que deveria financiar o desenvolvimento da região e solicitou aos ministros do Desenvolvimento e da Fazenda que mudem a postura do Basa, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que vivia o dilema de ter a obrigação de defender essas insti-



“Será que ao banco interessa reter o dinheiro e capitalizar os rendimentos?”, indaga Moreira

tuições (incluindo a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia—Sudam), enquanto elas têm dívidas muito grandes com a região amazônica. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse estar ouvindo as mesmas reclamações dos parlamentares nordestinos. “O tratamento é o mesmo. Os recursos são poucos e mal distribuídos”, afirmou.